

**ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF**

Nos dias vinte e cinco e vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um, na sala virtual - via Google Meet, foi realizada a **52ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões - preparatória e pública tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública, que foi transmitida ao vivo pelo Youtube através do link <https://youtu.be/3a5sewYskpw>:

**1) Apresentação e manifestações dos participantes.**

**Participantes da reunião preparatória à 52ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 25/10/21 - Horário: 13h39 às 16h31.**

Daniela Felix (FBDH), Haydée Frota (FGV/MPF), Jadilson Oliveira (Comissão Quilombola de Degredo), Josmar Coelho (Prefeitura Governador Valadares), Jean Gomes (Prefeitura de Mariana), Joana Nabuco (FGV/MPF), Lindalva Feitosa (FBDH), Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Regência), Marta Zorzal (UFES), Pauline Araújo (SEDESE), Soraya Benetti (FLACSO), Thamara Uliana (ASPERQD) e Walquíria Soares (AGERH).

**Participantes da 52ª Reunião Ordinária Pública da CT-PDCS - Dia: 26/10/21 - Horário: 13h46 às 19h18.**

Carlos Alberto (Renova), Carolina Berg (E&Y), Crismã (Comissão Quilombola de Degredo), Daniela Cristina (FBDH), Flávia Cunha (E&Y), Flávia Melo (Renova), Iara Morena (Renova), Jadilson Oliveira (Comissão Quilombola de Degredo), Jean Gomes (Prefeitura de Mariana), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), João Sales (Renova), Josmar Coelho (Prefeitura de Governador Valadares), Juliana Rocha (Renova), Lilian Vidal (Renova), Lindalva Feitosa (FBDH), Maria Isabel (E&Y), Maria Thereza Teixeira (Renova), Mariana Melo (Renova), Marily Gallote (Renova), Marta Zorzal (UFES), Miriam Santos (FLACSO), Paula Vieira (Renova), Pauline Araújo (SEDESE), Pedro Strozemberg (Ouvidor), Rafael Pereira (Renova), Ramon Lopes (E&Y), Soraya Benetti (FLACSO), Tatiana Tatagiba (SETADES), Thamara Uliana (ASPERQD) e Walquíria Soares (AGERH).

Após a apresentação dos membros, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

**2) Aprovação da Ata da Reunião: 51ª RO da CT-PDCS.**

<b>Discussão</b>	Após consulta aos membros da CT a ata da 51ª RO da CT-PDCS foi aprovada conforme a minuta previamente distribuída, sem objeção.
------------------	---

**3) Encaminhamentos da 51ª RO: E-51.7 – Apresentação das atualizações dos Canais de Relacionamento, esclarecimentos com relação às reclamações do 0800 da FR (CT-EI) e o fechamento dos CIAS. E-51.5 – Encaminhar os 4 PATs ainda não recebidos pela CT, a saber: Território 6. Vale do Aço (calha do Rio Doce), Território 7. Vale do Aço (Médio Rio Doce), Território 10. Baixo Rio Doce (Minas Gerais) e Território 12. Colatina e Marilândia. E-51.6 – Encaminhar a relação das comunidades que participaram dos Seminários participativos. E-51.3 – Apresentação das considerações sobre a proposta metodológica referente à Plataforma Georreferenciada e o cronograma detalhado referente à Plataforma georreferenciada e o Portal da Transparência. E-51.4 – Apresentação dos critérios de retorno das manifestações aos atingidos. E- 51.1 – Apresentar linha do tempo do PG 35 especificando as ações executadas, os avanços, as dificuldades e o cronograma relativo a todas as entregas, conforme solicitado na 51ª RO da CT-PDCS (enviar o material a ser apresentado com antecedência de no mínimo 5 dias da 52ª RO).**

Discussão

Em relação ao encaminhamento **E-51-7 – Apresentação das atualizações dos Canais de Relacionamento, esclarecimentos com relação às reclamações do 0800 da FR (CT-EI) e o fechamento dos CIAS**, Maria Thereza apresentou a Atualizações dos Canais. A apresentação das Atualizações dos Canais consta em memória de áudio para eventuais consultas. O coordenador agradeceu a apresentação realizada. Salientou que todos os membros receberam o arquivo com a apresentação por e-mail e poderão se reportar à FR, através da Secretaria da CT, para sanar eventuais dúvidas a qualquer momento. Em relação ao mapa apresentado sobre o funcionamento das unidades dos CIAS, a Prof.ª Marta observou que o território da Calha do Rio Doce, bem como o território do Médio Rio Doce parecem estar descobertos em relação à existência de uma base fixa do CIAS. Sobre o mapa apresentado referente à adesão e interesse sobre o fluxo ágil, a Prof.ª Marta pontuou sobre as localidades retratadas fora do TTAC e questionou qual seria o nível de cobertura para todo o sistema, para os municípios com baixa intensidade dos CIAS. Maria Thereza respondeu que o território da Calha do Rio Doce é um local de pouco acionamento do 0800 e que isso foi levado em conta na abertura dos CIAS; que para essa região existe o atendimento do CIA móvel. A Prof.ª Marta questionou se esse território tem boa cobertura de telefonia e internet, pois o não acesso não significa dizer que não há demandas. Lara reforçou que mesmo não tendo um espaço fixo do CIA em alguns territórios, há o atendimento através do CIA móvel, através da integração com as equipes de diálogo. A Prof.ª Marta perguntou se foi feito algum tipo de escalonamento para verificar se as demandas que vem dos territórios, através das equipes de diálogo, são equivalentes às demandas dos outros territórios. Maria Thereza mencionou que o território da Calha do Rio Doce tem um coordenador de diálogo, tem um número maior de municípios, mas tem um número menor de atingidos e que esse dimensionamento do impacto é levado em conta para a definição das equipes de diálogo. Flávia Melo disse que são pouquíssimas as solicitações de cadastro no 0800, do território da Calha do Rio Doce, e que o contato aumentou após a sentença judicial da 12ª Vara. Confirmou que as localidades fora do TTAC, estão sendo sentenciadas, quando há interesse e apresentam solicitação à 12ª Vara. João Paste observou que não é correto falar em “adesão dos municípios” ao fluxo ágil, conforme explicitado na apresentação, mas sim em adesão ao fluxo ágil pelas comissões de atingidos dos municípios. Observou que a FR está trabalhando na reorganização da territorialização, e que isso refletirá um pouco nos PTIs. Lara disse que continuam trabalhando com seis territórios no PG 06 e PG 35, mas que agruparam na apresentação os territórios do Baixo, Médio e do Alto Médio, devido a similaridade de pautas e pontos críticos da região. Retomando, João pontuou que no material apresentado percebe-se uma valorização excessiva atribuída ao papel do CIA enquanto espaço para informar, e uma subvalorização de seu papel como espaço para atendimento. Quanto à visão estratégica proposta para os CIAS, João Paste afirmou que os CIAS devem ser referência para atendimento das demandas das pessoas atingidas no seu próprio território, e que o tratamento de informações sobre as ações da FR e da reparação deve ficar mais alinhado ao PG 36. Propôs que essa visão sobre os CIAS seja revista e que as equipes dos CIAS devem estar preparadas para esse cuidado no atendimento. João Paste exemplificou com a reclamação de uma pessoa atingida, que, ao reclamar com um atendente do CIA sobre a demora em receber sua indenização, recebeu como sugestão realizar a adesão ao processo do fluxo ágil de outra cidade, afirmando que assim sua indenização sairia mais rápido. João observou que esse tipo de informação não é papel do CIA e que toda informação dada às pessoas atingidas pelo CIA deve ser isenta. Em relação à reclamação sobre o 0800 registrada pela CT-EI, Maria Thereza disse que fez uma apresentação sobre o tema na última RO da CT-EI, quando apresentou esclarecimentos. Sobre o fechamento dos CIAS, João questionou se a situação apresentada para Aracruz, Povoação, Regência e São Mateus seria um projeto

**Discussão**

piloto ou se seria ampliado para todo o território igualmente. Maria Thereza informou que nessas localidades os CIAS seriam readequados, sendo atendidos pelo CIA móvel. Sobre o encaminhamento **E-51.5 – Encaminhar os 4 PATs ainda não recebidos pela CT, a saber: Território 6. Vale do Aço (calha do Rio Doce), Território 7. Vale do Aço (Médio Rio Doce), Território 10. Baixo Rio Doce (Minas Gerais) e Território 12. Colatina e Marilândia**, Lilian Vidal informou que no dia 20/10 foram entregues três PATs através do ofício da FR nº 2021.1701 e no dia 25/10 foi entregue um PAT, através do ofício da FR nº 2021.1730, finalizando assim a entrega dos documentos, cumprindo o item 5 da Deliberação nº 506. Em relação ao encaminhamento **E-51.6 – Encaminhar a relação das comunidades que participaram dos Seminários participativos**, Lilian registrou que a relação foi encaminhada à CT no dia 22/10. João Paste confirmou o recebimento e disse que o documento foi distribuído aos membros da CT. Observou que consta no relatório a participação de cerca de 300 pessoas e questionou se esse número inclui as pessoas da equipe da FR. Iara não soube responder de imediato e João solicitou que essa informação fosse encaminhada por e-mail. Juliana Pinto realizou apresentação sobre a atualização dos PATs. O arquivo em PPT foi encaminhado à CT por e-mail no dia 26/10 e compartilhado com os membros, e consta nos arquivos da CT para consulta. João Paste solicitou que a equipe da FR apresente, como exemplo, um quadro contendo os itens do PAT de Sooretama e Linhares, correlacionando-os aos itens da Deliberação CIF nº 506, principalmente com o item 4. Observou que os PATs têm uma estrutura bem similar e que os membros da CT farão uma análise dos documentos. Sobre o encaminhamento **E-51.3 – Apresentação das considerações sobre a proposta metodológica referente à Plataforma Georreferenciada e o cronograma detalhado referente à Plataforma georreferenciada e o Portal da Transparência**, Marily Galotte realizou a apresentação do tema proposto e contextualizou sobre os prazos, com o detalhamento do macro-cronograma. Marily disse que o documento apresentado será enviado à CT. A apresentação realizada consta em memória de áudio para eventuais consultas. A Prof.ª Marta observou que a apresentação realizada na 51ª RO não foi enviada com antecedência para análise dos membros e solicitou que Marily expusesse a referida apresentação para a emissão de considerações, pois estava mais completa. Esclareceu que quem demanda que as informações de todos os programas estejam disponibilizadas para o acesso público no Portal da Transparência é a Deliberação CIF nº 506, e não a CT; que o número de municípios atingidos é superior aos 39 municípios referidos e atendidos pelos 42 programas. Sobre a metodologia, a Prof.ª Marta questionou o que seria o *Caderno Externo de Validação*, qual instância iria validar e qual a sua finalidade; que todos os pressupostos apresentados pela equipe da FR geram uma burocracia, a qual se torna inviável. Marily explicou que essa validação seriam os processos internos da FR. João Paste ratificou as considerações feitas pela Prof.ª Marta e comentou sobre a morosidade na implementação das decisões, pois a NT nº 25 foi assinada em fevereiro de 2021, tendo sido resultado de compromissos firmados no segundo semestre de 2020. Solicitou que seja feito um ajuste na identificação desse *caderno externo de validação*. Sugeriu que seja apresentado um fluxo simplificado de produção das informações. Mostrou-se surpreso quanto à necessidade de produção de novas informações, pois um Portal da Transparência pressupõe a disponibilização das informações gerada por outros setores. Disse que o ajuste dos prazos propostos, de entrega de itens do Portal da Transparência para outubro de 2022, assusta e é angustiante. Pontuou que o georreferenciamento constante na Deliberação CIF nº 506 não requer uma exatidão ao nível de balisar, por exemplo, uma auditoria de cadastro de pessoas atingidas ou no reconhecimento de danos. Registrou que a Coordenação da CT passa a ser o ponto focal, como solicitado pela equipe da FR, e que solicitará à Miriam Porto, membro da CT e Subsecretária Estadual de Controle e Transparência, para contribuir na recepção de demandas sobre estruturação do Portal da Transparência. Solicitou que a equipe da FR

Discussão

simplifique e agilize o cumprimento dos itens das Deliberações CIF nº 506 e nº 530. Marily falou que revisariam toda a proposta, inclusive o cronograma, submetendo ao CIF e à CT-PDCS. João sugeriu que seja evidenciada a existência da plataforma georreferenciada e do Portal da Transparência no documento e solicitou urgência no avanço das informações dos Programas. Por fim, enfatizou o quanto é demasiado o pedido de prorrogação do prazo para entrega de alguns itens das deliberações para outubro de 2022, mesmo junho de 2022, sendo necessária revisão do cronograma pela FR. No que diz respeito ao encaminhamento **E- 51.1 – Apresentar linha do tempo do PG 35, especificando as ações executadas, os avanços, as dificuldades e o cronograma relativo a todas as entregas, conforme solicitado na 51ª RO da CT-PDCS (enviar o material a ser apresentado com antecedência de no mínimo 5 dias da 52ª RO)**, Iara observou que o documento que seria apresentado não foi encaminhado com a antecedência solicitada. O secretariado recebeu o arquivo da linha do tempo do PG 35 em PPT no dia da 52ª RO da CT-PDCS, às 12h12, e compartilhou com os membros da CT. Iara contextualizou brevemente sobre a elaboração da linha do tempo, sobre o PG 35 e suas características. Carlos Alberto realizou a apresentação da linha do tempo do PG 35, desde 2017 até a presente data, e da planilha com o cronograma do programa. Comentou sobre a negativa recebida da PM de Mariana, quanto à implantação do CIT de Mariana no imóvel do Terminal Turístico da cidade. Iara comentou sobre os atrasos e os desafios na instalação das bases físicas do CIT, devido ao processo de gestão da FR; que tem tranquilidade em dizer isso, mas que a equipe do PG 35 vem tentando atuar dentro da FR para acelerar os processos. A Prof.ª Marta sugeriu que a equipe do programa complementasse a linha do tempo apresentada por Carlos, registrando eventos desenvolvidos pela CT-PDCS, a qual que emitiu várias Notas Técnicas, trazendo intervenções que a equipe precisou repensar, culminando em Deliberações do CIF. João Paste observou que a apresentação evidenciou cinco, e não seis territórios, e que isso poderia refletir na composição do Colegiado de Curadoria. Afirmou que as entregas em relação às bases físicas do CIT são decepcionantes; que se sente entristecido com os resultados sobre esse ponto. Expôs que a última interação evidenciada na apresentação, com a Prefeitura de Mariana, foi em fevereiro deste ano e que desde novembro de 2020 não houve nenhum resultado positivo quanto ao CIT; exemplificou que o ICMBio solicitou em 17/08/21 o envio do termo de parceria para a formalização do acordo e que a FR só enviou após dois meses; que outras providências já deveriam ter sido tomadas, considerando que a escolha do Terminal Turístico de Mariana não deu certo; que a única evidência do funcionamento da base física do CIT em Mariana, desde 2018, foi o projeto identificado como Casa do Jardim; reiterou que a CT, em nenhum momento propôs ou induziu o encerramento das atividades na Casa do Jardim; que é preciso que a equipe do PG 35 evidencie aos escalões superiores os cuidados necessários para haver resultados na implantação das bases físicas; que desde março deste ano, a CT vem recebendo a informação de que o local para a instalação da base do CIT de GV, a Praça Getúlio Vargas, está sendo avaliado. Ressaltou o esforço na atuação dos membros da CT na tentativa de viabilizar o CIT e em reduzir os prejuízos na perda de documentos, que já deveriam estar constando no inventário do CIT. João Paste se colocou à disposição para a discussão de alternativas para localização de um imóvel para a instalação da base física do CIT de Mariana e criticou a demora no ajuste do orçamento do CIT de Regência. Carlos Alberto partilhou sobre os entraves que impediram os avanços das bases físicas do CIT e sobre o fechamento da Casa do Jardim e disse que a equipe vem trabalhando para ser mais efetiva nas entregas. João Paste citou que o item 2 da Deliberação do CIF nº 229, que indica que os CITs devem ser implantados preferencialmente em espaços públicos, se deu em virtude do questionamento de atores sociais de Mariana, considerando a escolha e os custos da reforma de um espaço alugado, a Casa do Jardim, sem nenhuma garantia de permanência do CIT naquele local. Reiterou que por decisão da FR o CIT foi removido de lá e que a CT não tem conhecimento do embasamento de tal decisão; que a CT solicitou que fossem apresentados os gastos entre 2017, 2018 e 2019 com a Casa do Jardim, e até a presente data essas informações não foram enviadas à CT. João Paste destacou

<p><b>Discussão</b></p>	<p>que não pode recair sobre o município de Mariana a obrigação de viabilizar as condições para o cumprimento da cláusula 174, pois essa é uma responsabilidade da FR estabelecida no TTAC; que a preferência pela instalação das bases físicas do CIT em espaços públicos não está restrita a um espaço do município, e que poderiam ser instalados também em espaços da União, dos Estados, de autarquias ou de universidade pública, os quais dariam possibilidades de estabelecer parcerias para gerir o repositório e receber o inventário relativo ao desastre. Solicitou que a equipe da FR traga para a próxima RO uma solução para a sede do CIT de Mariana e os avanços em relação à implantação da base física do CIT em GV e em Regência. A Prof.<sup>a</sup> Marta ressaltou que a FR instalou a Casa do Jardim por conta própria e que a CT-PDCS não teve sequer conhecimento prévio. Walquíria concordou com a fala da Prof.<sup>a</sup> Marta e acrescentou que a Casa do Jardim foi uma experiência que infelizmente deu errado. Recordou que a CT solicitou a informação do valor gasto na Casa Jardim e que esse valor não seja incluso no orçamento utilizado para a implantação efetiva do CIT de Mariana. Carlos Alberto apresentou as atualizações sobre a plataforma interativa e evidenciou o cronograma de instalação dos pontos de acesso da plataforma nos CIAs de Mariana, GV e Regência. Comentou sobre o número de inscritos e participantes dos dois webinários “Conhecimento em Pauta” já realizados e nas cinco oficinas “Trilhas de Memórias”. Walquíria partilhou que a ideia da realização dos webinários é interessante, mas que achou preocupante que o convite trouxesse o nome CIT, e não CIM conforme a identidade visual construída pelos atingidos em oficinas específicas; que não acha adequado o uso da sigla CIT, tendo em vista tal divergência ainda em discussão. João Paste solicitou que Carlos Alberto resgatasse a proposta enviada à CT-PDCS para apoio na busca ativa de documentos para composição do repositório, e que seja explicitado no material a possibilidade de envio de registros em todos os tipos de mídias. Sobre o encaminhamento <b>E-51.4 – Apresentação dos critérios de retorno das manifestações aos atingidos</b>, Pedro Strozemberg realizou a apresentação sobre o tema proposto. O material encontra-se disponível para consulta no arquivo da CT-PDCS e em memória de áudio para eventuais consultas. Jadilson perguntou se existia um prazo para retorno das manifestações aos atingidos. Pedro disse que existe esse prazo e que a Ouvidoria tem usado a referência das Ouvidorias Públicas, que são 30 + 30 dias, mas que podem trabalhar para o estabelecimento de novas metas. A Prof.<sup>a</sup> Marta perguntou se a Ouvidoria possuía o registro das manifestações por tipologia e o registro das mudanças das manifestações ao longo do tempo. Pedro respondeu que a indenização é um tema recorrente e que uma demanda reprimida em função da pandemia é o tema do reassentamento.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-52.1-</b> Informar número de participantes dos Seminários Participativos, identificado quantitativos vinculados às equipes da FR e às comunidades. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> imediato.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-52.2 –</b> Fazer um quadro com os itens do PAT de Sooretama e Linhares, correlacionando-os aos itens da Deliberação CIF nº 506, principalmente com o item 4 da mesma Deliberação. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-52.3 –</b> Apresentar atualização de proposta metodológica referente à plataforma georreferenciada e o cronograma detalhado referente à plataforma georreferenciada e o Portal da Transparência e ajustar o número de municípios considerados, conforme sugestões realizadas na 52ª RO da CT-PDCS. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-52.4 -</b> Incluir na linha do tempo do PG 35 apresentada na 52ª RO os eventos desenvolvidos pela CT-PDCS, que emitiu várias Notas Técnicas, embasando deliberações do CIF relacionadas ao programa. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>



<b>Encaminha mento</b>	<b>E-52.5</b> - Apresentar solução para a instalação do CIT de Mariana e atualização dos avanços com a Prefeitura de GV e com o ICMBio, relativos à implantação das bases físicas do CIT em GV e em Regência. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> próxima RO.
<b>Encaminha mento</b>	<b>E-52.6</b> – Envio do <i>flyer</i> e texto de e-mail com ajustes sugeridos na 49ª RO para apoio na busca ativa de documentação para fazer parte do Repositório do PG 35. <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> imediato.
<b>Encaminha mento</b>	<b>E-52.7</b> – Preparar apresentação detalhada do relatório trimestral da Ouvidoria (julho/setembro de 2021). <b>Responsável:</b> Ouvidoria. <b>Prazo:</b> próxima RO.
<b>4) E-51.2 – Relatório de Acompanhamento do Programa de Informação para a População (PG 35) – Ciclo 02 da E&amp;Y.</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Carolina Berg realizou a apresentação relativa ao Relatório de Acompanhamento do Programa de Informação para a População (PG 35), referente ao ciclo 02 de auditoria, a qual consta em memória de áudio para eventuais consultas. O Ofício E&amp;Y nº 33/2021, datado de 22/07/21, e seus anexos, o PAI e o relatório de acompanhamento do programa, contendo os resultados dos procedimentos de asseguaração realizados pela E&amp;Y no ciclo 02 de auditoria do PG 35, constam nos arquivos da CT-PDCS. Sobre a implantação da base física do CIT de Mariana, Caroline disse que foram disponibilizadas à E&amp;Y, pela FR, as evidências da execução de parte das atividades das etapas de definição do local, planejamento e validação, previstas na versão 05 do documento de definição do programa, uma vez que algumas atividades ainda se encontram em andamento ou não foram iniciadas pelo PG 35; que a versão 05 do documento de definição do programa não faz referência aos prazos para início e fim das atividades. João Paste solicitou que Carolina elencasse quais seriam as evidências da execução consideradas pela E&amp;Y e disse o TTAC estabelece o prazo de dezembro de 2016 para a implementação das bases físicas do CIT. Solicitou que Carolina informasse se foi evidenciado de fato o cumprimento da obrigação contida na Cláusula 174 do TTAC. Carolina disse que inclusive recebeu por e-mail esse questionamento da CT sobre o cumprimento da Cláusula 174. Relatou que foi encaminhada resposta à CT de que foi identificado no ciclo 01, no SharePoint da FR, um ofício emitido pela FR do ano de 2017, direcionado ao CIF, com a visão da FR sobre o cumprimento da Cláusula 174 do TTAC, considerando que as três bases físicas do CIT foram abertas nos municípios previstos, dentro do prazo estabelecido na Cláusula. João Paste questionou se a E&amp;Y considerou que esse ofício direcionado ao CIF seria uma evidência do cumprimento da cláusula, e se houve prestação dos serviços previstos na referida cláusula. Carolina respondeu que não tinha a evidência do funcionamento das bases na data descrita no ofício da FR e que a E&amp;Y enviou um e-mail à CT-PDCS em outubro de 2019, no ciclo 01 de auditoria, questionando sobre o cumprimento da cláusula 174 e que não obtiveram resposta. João Paste expôs que esse ofício da FR do ano de 2017 nunca foi recebido pela CT-PDCS; que a E&amp;Y poderia ter feito o questionamento do cumprimento de cláusula ao CIF, que recebeu o ofício na época. João solicitou esclarecimentos se a manifestação da CT-PDCS seria a única forma de evidenciar o cumprimento ou não da cláusula. Flávia Cunha contextualizou brevemente sobre o ciclo 02 e disse que o cumprimento da Cláusula 174 não foi o objeto da auditoria. A Prof.ª Marta disse que não tinha conhecimento do e-mail enviado pela E&amp;Y, pois foi encaminhado ao Portal do IBAMA, e destacou que a versão 05 do documento de definição do PG 35, foi aprovada com ressalvas, através da Deliberação CIF nº 376, conforme a NT nº 20/2019, porque existiam vários problemas e que é temeroso considerar que essas evidências existem. Flávia reafirmou que talvez não estivesse claro no relatório, mas que a auditoria não considerou a Cláusula 174 como cumprida; que todos os documentos da E&amp;Y são emitidos ao CIF, ao Portal do IBAMA e enviados aos e-mails da SECEX e das CTs. Em resumo, Flávia Cunha compartilhou que a auditoria realizada durante o ciclo 02 identificou não conformidades relativas aos três CITs de Mariana, GV e Regência. Walquíria disse que, em seu entendimento, todo o trabalho que vem sendo feito é um processo para a</p>

<b>Discussão</b>	<p>implantação do CIT e que até o momento as bases físicas do CIT não estão em funcionamento; que a CT está acompanhando todo o processo há mais de cinco anos, aguardando o efetivo funcionamento do CIT; que toda essa discussão é muito frustrante, pois estão discutindo o encerramento de algo que nem começou; que em seu entendimento a Cláusula 174 não está cumprida em sua totalidade, nem parcialmente. João Paste disse que a apresentação realizada gera dubiedade na informação e, portanto, em seu entendimento, existem restrições na exposição dos resultados obtidos no ciclo de auditoria; que entende como dispensável a resposta ao questionamento da E&amp;Y dirigido à CT-PDCS, em outubro de 2019, tendo em vista a NT nº 27 e a Deliberação do CIF nº 500, que registra o descumprimento, pela FR, da Deliberação CIF nº 437, de 17 de setembro de 2020, a qual redefiniu prazos para a implantação do CIT; que a apresentação realizada pela equipe da FR referente à linha do tempo do PG 35, também evidencia o não cumprimento da Cláusula 174. João Paste solicitou o envio do arquivo apresentado em PPT à CT. Expôs que na versão 05 do documento de definição do Programa de Informação para a População, aprovado com ressalvas pela Deliberação CIF nº 376, em seu anexo 2, consta o cronograma detalhado das ações para a implantação das bases físicas do CIT, contendo prazos para início e fim das atividades, sendo inclusive objeto da Deliberação CIF nº 437. Pelo avançar do tempo e ausência de quórum, ficou acordado que este ponto de pauta retornaria na 53ª RO da CT-PDCS. Finalizando, João Paste reafirmou que não reconhece o relatório de auditoria do ciclo 02 como suficiente, tendo em vista as questões relativas ao que está definido pela Cláusula 174 do TTAC.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<p><b>E-52.8</b> – Apresentar eventuais ajustes no Relatório de Acompanhamento do Programa de Informação para a População (PG 35) – Ciclo 02 da E&amp;Y. <b>Responsável:</b> E&amp;Y. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<b>5) Outros Informes.</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Jadilson registrou que a Comunidade Quilombola de Degredo recebeu e encontrava-se em avaliação a manifestação de retratação da funcionária do CIA no território, relativamente à orientação feita a uma pessoa atingida, sugerindo sua adesão ao sistema indenizatório de Linhares e indicando que a indenização seria feita com mais rapidez.</p>

O coordenador interino João Paste agradeceu a presença de todos. **A 52ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** encerrou-se às dezenove horas e dezoito minutos.